

NÍVEL MÉDIO

DATA: 7/3/2010



**CARGO 14: TÉCNICO ADMINISTRATIVO
ADMINISTRATIVO**

MANHÃ

TIPO C

INSTRUÇÕES

Confira seus dados pessoais constantes da sua folha de respostas. Verifique também se o nome do cargo e o tipo de prova impressos neste caderno correspondem aos indicados na sua folha de respostas. Em seguida, verifique se este caderno contém **quarenta** questões, corretamente ordenadas de **1** a **40**. As provas objetivas são constituídas de questões com cinco opções (A, B, C, D e E) e **uma única resposta correta**.

Em caso de divergência de dados e/ou de defeito no caderno de provas, solicite providências ao fiscal de sala mais próximo.

Transcreva as respostas das questões para a sua folha de respostas, que é o **único documento válido** para a correção das provas e cujo preenchimento é de sua exclusiva responsabilidade. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com o estabelecido no edital de abertura ou na folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada, ou campo de marcação não preenchido integralmente. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro de preenchimento por parte do candidato.

Para a marcação na folha de respostas, utilize somente caneta esferográfica de tinta **preta**. Não é permitida a marcação na folha de respostas por outra pessoa, ressalvados os casos de atendimento especial previamente deferidos.

É vedado amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes da impossibilidade de realização da leitura óptica.

A duração das provas é de **três horas e meia**. Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar este caderno somente no decurso dos últimos quinze minutos anteriores ao horário determinado para o seu término.

A desobediência a qualquer uma das determinações constantes dos editais do processo, do presente caderno ou da folha de respostas implicará a anulação das suas provas.

CRONOGRAMA

ETAPA	DATA
Divulgação do gabarito oficial preliminar das provas objetivas, no endereço eletrônico www.movens.org.br , a partir das 17 horas	9/3/2010
Prazo para entrega de recursos contra o gabarito oficial preliminar das provas objetivas	10 e 11/3/2010
Data provável para divulgação do resultado final das provas objetivas	7/4/2010



Utilize este espaço para rascunho.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 4.

1 Depois dos ataques praticados na véspera de Natal pelos "maroons" (como são chamados os descendentes de escravos que vivem no Suriname), será difícil manter uma relação de cordialidade entre os surinameses e os brasileiros que trabalham como garimpeiros naquele país.

5 A avaliação é da pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Maria Célia Coelho. Ela lembrou que já havia um ressentimento da população nativa com os brasileiros. "Acho que o fato de os brasileiros darem 10% do que garimpam aos nativos não é suficiente para manter uma relação de cordialidade. Porque a disputa dos negros da região é pelo acesso à riqueza do garimpo, e só aqueles 10% do lucro não satisfazem. Com isso, a atrição permanece".

15 A pesquisadora ressaltou que a presença dos garimpeiros no Suriname é uma questão complicada para os governantes brasileiros, já que eles estão lá ilegalmente. "Deve-se retirar a população de lá, até para evitar problemas com o Suriname, e dar assistência às mulheres que foram 20 estupradas. O Brasil não pode fazer mais do que isso, já que se trata de uma atividade que é ilegal".

25 A professora, que pesquisou a imigração de brasileiros no Suriname, disse que os estudos mostram que há muitos imigrantes envolvidos em uma rede de prostituição local, financiada pelo garimpo.

Agência Brasil. Internet: <http://www.americaeconomia.com.br>. Acesso em 6/1/2010 (com adaptações).

QUESTÃO 1

A respeito das ideias do texto, assinale a opção correta.

- (A) A presença dos garimpeiros brasileiros no Suriname é uma questão complicada pelo fato de a população nativa exigir 10% de tudo que é garimpado.
- (B) Antes dos ataques da véspera de Natal, já havia ressentimento entre os nativos e os garimpeiros brasileiros pelo acesso à riqueza do garimpo.
- (C) De acordo com a pesquisadora da UFRJ, será difícil estabelecer uma relação cordial entre garimpeiros surinameses e brasileiros.
- (D) Os ataques dos *maroons* a garimpeiros brasileiros foram motivados pela exigência de um aumento de 10% na porcentagem do produto do garimpo destinada aos nativos.
- (E) Pelo fato de os garimpeiros brasileiros estarem no Suriname ilegalmente, o governo brasileiro nada pode fazer por eles.

QUESTÃO 2

Acerca de aspectos linguísticos do texto, assinale a opção correta.

- (A) As aspas na linha 2 e nas linhas 9, 14, 18 e 21 têm a mesma finalidade.
- (B) O pronome "eles" (linha 17) refere-se a "governantes brasileiros".
- (C) Os termos "havia" (linha 8) e "há" (linha 23) podem ser substituídos por **existia** e **existe**, respectivamente, sem acarretar erro gramatical.
- (D) A substituição de "satisfazem" (linha 13) por **satisfaz** acarretaria erro gramatical, pois o verbo, nesse caso, só pode ocorrer no plural.
- (E) Poderia ser colocada uma vírgula após "brasileiros" (linha 4) sem acarretar mudança de sentido do texto.

QUESTÃO 3

As opções a seguir apresentam trechos textuais. Assinale aquela em que a tipologia é semelhante à do texto referente às questões de 1 a 4.

- (A) Ao todo, 62 equipes de resgate estrangeiras ainda trabalham para encontrar sobreviventes na capital haitiana, onde 133 pessoas já foram salvas dos escombros do terremoto.
- (B) Em uma panela junte o leite, a margarina e misture. Leve ao fogo baixo, mexendo por 2 minutos. Em seguida, acrescente o refresco em pó e misture bem. Deixe mais 1 minuto. Retire, deixe esfriar e enrole. Coloque em forminhas de papel.
- (C) Quando solicitar serviço pós-venda, levar a câmera ao centro de atendimento e informar ao técnico responsável as características de seu mau funcionamento.
- (D) Imenso trabalho nos custa a flor.
Por menos de oito contos vendê-la? Nunca.
Primavera não há mais doce, rosa tão meiga onde abrirá? Não, cavalheiros, sede permeáveis.
- (E) Compre hoje e ganhe 50% de desconto na sua próxima compra. Faça seu cadastro agora! Essa promoção é válida até acabarem os estoques.

QUESTÃO 4

Na linha 13, a palavra "atrição" está empregada com o sentido de

- (A) aflição.
- (B) desgaste.
- (C) fricção.
- (D) violência.
- (E) relação.

QUESTÃO 5

Assinale a opção que NÃO apresenta erro gramatical.

- (A) A história que vou contar não tem à rigor um princípio, um meio e um fim. O tempo é um rio sem nascentes à correr incessantemente para a eternidade.
- (B) O homem lançou-me um olhar enviezado, misto de estranheza e alarma. Hora, estou habituado a ser olhado desse modo.
- (C) Naquele dia de abril andava eu pelas ruas numa espécie de sonambulismo, com a impressão que o outono era uma opala dentro da qual estava imbutida a minha cidade.
- (D) Devo confessar que não gostava da minha profissão e que, se não abandonava-a, era por que não saberia fazer outra coisa para ganhar a vida, pois, repugnava-me à ideia de tocar músicas vulgares nessas casas públicas onde se dança, come e bebe a noite.
- (E) A luz do lampião batia em cheio no rosto de Adriana. E quando ela me viu com seus olhos de um verde úmido de alga, o escafandrista finalmente compreendeu por que havia descido às profundezas do mar.

(Opções adaptadas de Érico Veríssimo. **Fantoches e outros contos**.

13. ed. São Paulo: Globo, 1996.)

Leia o texto abaixo para responder às questões 6 e 7.

1 Aos sete anos, projetava que minha vida estaria resolvida aos 37. Administraria somente a felicidade. Dei o prazo de três décadas para não me preocupar. Talvez o paraíso naquela época fosse cabular temas, não ir à escola, muito menos submeter-se às provas. Não mirabolava encargos, superações e dificuldades. Até porque a vida adulta é distante, uma velhice para criança.

10 Recordo a atmosfera do que imaginava. A sensação de alívio do futuro. A felicidade seria estável e permanente. Era uma fórmula que deveria encontrar e adotar no restante dos dias. Algo como a receita de galinha recheada da avó. Uma vez feito o prato, ele se repetiria eternamente.

15 Não enxergava o estado provisório e fugaz do sentimento, um clarão que nos ajuda a suportar depois o escuro. Hoje entendo que a felicidade é rara, relampeia, olhamos onde estão nossas coisas e seguimos tasteando com mais facilidade.

Fabrizio Carpinejar. **O que sonhei ser e não fui.**
Internet: <http://carpinejar.blogspot.com/>.
Acesso em 31/1/2010 (com adaptações).

QUESTÃO 6

Ainda no que se refere aos aspectos linguísticos do texto, assinale a opção correta.

- (A) A substituição de “submeter-se” (linha 5) por **realizar, sujeitar-se, render-se** ou **apresentar-se** não acarretaria erro gramatical em nenhum dos casos.
- (B) O termo “escuro” (linha 15) está empregado com a função de adjetivo.
- (C) Na linha 9, as palavras “estável” e “permanente” pertencem à mesma classe de palavras de “provisório” e “fugaz”, na linha 13.
- (D) O sujeito da forma verbal “fosse” (linha 4) é o mesmo de “Administraria” e “Dei”, na linha 2.
- (E) Os termos “rara” e “relampeia”, na linha 15, referem-se a “felicidade” (linha 15) e pertencem à mesma classe de palavras.

QUESTÃO 7

Acerca dos aspectos linguísticos do texto, assinale a opção INCORRETA.

- (A) As palavras “três” e “avó” são acentuadas pelo mesmo motivo.
- (B) As palavras “décadas”, “época” e “fórmula” seguem a mesma regra de acentuação.
- (C) Caso fosse retirado o sinal indicativo de crase em “não ir à escola” (linha 4), acarretaria erro gramatical.
- (D) A palavra “mirabolava” (linha 5), derivada do adjetivo **mirabolante**, está empregada com o sentido de **pensar**.
- (E) Os termos “paraíso”, “alívio” e “provisório” são acentuados de acordo com a mesma regra.

QUESTÃO 8

De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, assinale a opção correta.

- (A) Para se dirigir ao Presidente da República em uma comunicação oficial, utiliza-se o pronome de tratamento **Excelentíssimo Senhor**, seguido de “Presidente da República”, e o vocativo **Vossa Excelência**.
- (B) Nas comunicações oficiais, são admitidos os fechos **atenciosamente, respeitosamente** e **cordialmente**.
- (C) O fecho **respeitosamente** é utilizado para se dirigir a autoridades superiores.
- (D) O aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia ou inferior.
- (E) O princípio da clareza aplica-se às comunicações oficiais, entretanto, pode-se prescindir dele ao se redigir comunicação confidencial, para que sejam resguardadas informações sigilosas.

QUESTÃO 9

Em relação aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- (A) A Constituição Federal de 1988 determina que ninguém será privado de liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal; tal norma não é violada quando a autoridade policial nega vista dos autos de inquérito policial sigiloso ao advogado de defesa, ainda que os elementos de prova já tenham sido documentados no procedimento investigatório.
- (B) No ordenamento jurídico brasileiro, ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante. Por essa razão, o uso de algemas só é lícito em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente, ou da autoridade, e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- (C) O mandado de segurança será concedido para proteger direito líquido e certo, desde que amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública, não se enquadrando como tal o agente de pessoa jurídica no exercício das atribuições do Poder Público.
- (D) Segundo a Constituição Federal de 1988, homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações; dessa forma, a adoção de critérios distintos para a promoção de integrantes do corpo feminino e masculino das Forças Armadas afronta o princípio da isonomia.
- (E) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que haja prévia autorização por parte da autoridade policial competente e que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

QUESTÃO 10

Acerca da organização do Estado e do sistema tributário nacional, assinale a opção correta.

- (A) As matérias prescrição e decadência, no âmbito tributário, deverão necessariamente ser disciplinadas por lei ordinária federal.
- (B) Compete privativamente à União legislar acerca da organização judiciária e administrativa do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, sendo certo que, mediante lei complementar federal, será possível autorizar os estados a legislar acerca de questões específicas relacionadas a esse tema.
- (C) O número de deputados da Assembléia Legislativa corresponderá ao dobro da representação do estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta, será acrescido de tantos quantos forem os deputados federais acima de doze.
- (D) Na forma das respectivas leis, os municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, sendo vedada, no entanto, a cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.
- (E) O imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) será instituído pelos estados, que repassarão 70% do produto da arrecadação aos municípios em cujo território tenham sido licenciados os automóveis.

QUESTÃO 11

Quanto aos contratos administrativos e ao processo de licitação, assinale a opção correta.

- (A) Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil após a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou após a realização de leilão, indicando as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação terá efeito de recurso.
- (B) Em face do princípio do interesse público, os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega não admitem prorrogação, sob pena de multa a ser aplicada ao particular, além de ocorrer a necessária rescisão contratual.
- (C) Não há distinção entre contrato administrativo e contrato da administração, pois o princípio da supremacia do interesse público sempre garante à Administração posição privilegiada em relação ao particular, uma vez que a finalidade desses contratos sempre será o benefício coletivo.
- (D) O contrato administrativo é caracterizado pela inserção, explícita ou implícita, no instrumento contratual, de cláusulas exorbitantes que caracterizam a supremacia em que se coloca a Administração na relação contratual. Já no contrato privado, a posição contratual é de igualdade, não se admitindo tal tipo de estipulação.
- (E) Para fins de julgamento da licitação, as propostas apresentadas por licitantes estrangeiros não serão acrescidas dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente os licitantes brasileiros quanto à operação final de venda.

QUESTÃO 12

No que se refere aos institutos da concessão de serviços públicos, autorização e permissão, assinale a opção correta.

- (A) A intervenção na concessão de serviços públicos será realizada por decreto do poder concedente, que conterà a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.
- (B) A declaração da caducidade da concessão independe da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo.
- (C) Considera-se concessão de serviço público a delegação da prestação de serviços públicos, a título precário, mediante licitação, feita pelo poder concedente a pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- (D) Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante decreto do poder concedente e após prévio pagamento da indenização.
- (E) O instituto da autorização não tem previsão constitucional, sendo certo que seus elementos são: ato bilateral, vinculado e duradouro.

QUESTÃO 13

A respeito das normas constitucionais pertinentes à ordem econômica e financeira e à ordem social, assinale a opção correta.

- (A) A saúde é direito apenas daqueles que contribuírem para a previdência social, devendo ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que objetivem a redução do risco de doença e de outros agravos.
- (B) Aquele que se apossa de área urbana de até quinhentos metros quadrados por período igual a três anos ininterruptos e sem oposição e a utiliza para sua moradia ou de sua família adquire o domínio dela, ainda que seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (C) As jazidas, em lavra ou não, assim como os demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica, constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem aos municípios.
- (D) O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, assim como a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, podem ser efetivados por decreto do Poder Executivo, independentemente de autorização do Congresso Nacional.
- (E) Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal de 1988, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definido em lei.

QUESTÃO 14

Acerca da administração direta, indireta e fundacional e dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- (A) A administração indireta refere-se a serviços públicos transferidos, delegados contratualmente (concessões ou permissões) ou unilateralmente (outorga por autorização).
- (B) Somente por lei específica será criada autarquia, uma vez que a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação acontecerá por decreto do Poder Executivo.
- (C) São elementos intrínsecos do ato administrativo: agente público, tempo e lugar.
- (D) Constituem requisitos do ato administrativo: imperatividade, presunção de legitimidade e autoexecutoriedade.
- (E) Quanto à formação, os atos administrativos classificam-se em atos de império, de gestão e de expediente.

QUESTÃO 15

Acerca da Lei n.º 7.766/1989, que dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário, e do Código de Águas Minerais, assinale a opção correta.

- (A) A fiscalização da exploração, em todos os seus aspectos, de águas minerais, termais, gasosas e potáveis de mesa, engarrafadas ou destinadas a fins balneários, será exercida pelos órgãos ambientais estaduais e municipais.
- (B) Águas minerais são aquelas provenientes exclusivamente de fontes naturais que possuam composição química ou propriedades físicas ou físico-químicas distintas das águas comuns, com características que lhes confirmam uma ação medicamentosa.
- (C) As cooperativas ou associações de garimpeiros, ainda que regularmente constituídas, estão proibidas de operar com ouro no mercado financeiro.
- (D) O transporte de ouro, ativo financeiro, para qualquer parte do território nacional será acobertado exclusivamente por nota fiscal que identifique a respectiva operação.
- (E) O DNPM, a pedido de concessionário e após exame pericial realizado por técnicos que designar, não poderá, sem ordem judicial, determinar a suspensão de sondagens ou trabalhos subterrâneos executados fora do perímetro de proteção.

QUESTÃO 16

Em relação ao Estatuto do Garimpeiro e à Lei n.º 9.055/1995, que disciplina a extração, a industrialização, a utilização, a comercialização e o transporte do asbesto/amianto e dos produtos que o contenham, bem como das fibras naturais e artificiais de qualquer origem utilizadas para o mesmo fim, assinale a opção correta.

- (A) É livre a filiação do garimpeiro a associações, confederações, sindicatos, cooperativas ou outras formas associativas, devidamente registradas, ficando proibido o trabalho do menor de 21 anos na atividade de garimpagem, vedando-se ao garimpeiro associar-se a mais de uma cooperativa, ainda que tenham atuação em áreas distintas.
- (B) É vedada em todo o território nacional a comercialização da tremolita, permitindo-se, contudo, a produção da actinolita.
- (C) O titular de direito minerário está obrigado a enviar, anualmente, ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, a relação dos garimpeiros que atuam em sua área, sob a modalidade de contrato de parceria, com as respectivas cópias desses contratos, sendo certo que a apresentação intempestiva ou que contenha informações inverídicas implicará multa, que, no caso de reincidência, será aplicada em dobro, podendo, no caso de não pagamento ou nova ocorrência, ensejar a caducidade do título.
- (D) O transporte do asbesto/amianto e das fibras naturais e artificiais é considerado de alto risco e, no caso de acidente, a área deverá ser isolada e todo o material reembalado de acordo com normas de segurança, sob a responsabilidade do DNPM.
- (E) São vedadas em todo o território nacional a extração, a produção, a industrialização, a utilização e a comercialização da amosita (asbesto marrom), da antofilita e da crocidolita (amianto azul), variedades minerais pertencentes ao grupo dos anfíbios, bem como dos produtos que contenham estas substâncias minerais, permitindo-se apenas a venda a granel de fibras em pó de asbesto/amianto da variedade crisotila.

QUESTÃO 17

No que se refere à Lei n.º 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e define outras providências, assinale a opção correta.

- (A) A simples penetração em unidades de conservação conduzindo substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem licença da autoridade competente, não constitui conduta criminosa se tais instrumentos não chegarem a ser efetivamente utilizados.
- (B) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente, conforme o disposto na referida lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou no benefício da sua entidade.
- (C) Aquele que executa pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida, pratica conduta criminosa, ao contrário de quem apenas deixa de recuperar a área pesquisada ou explorada, nos termos da autorização, permissão, licença, concessão ou determinação do órgão competente.
- (D) Caracteriza conduta criminosa destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, exceto se estiver em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção.
- (E) Desmatar, explorar economicamente ou degradar floresta, plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente, constitui conduta criminosa, ainda que praticada quando necessária à subsistência imediata pessoal do agente ou de sua família.

QUESTÃO 18

A respeito da norma que define os crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis e daquela que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, assinale a opção correta.

- (A) A Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
- (B) O Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, é o órgão superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, acerca de normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.
- (C) O Conselho de Governo é o órgão central do Sistema Nacional do Meio Ambiente, com a função de assessorar o presidente da República na formulação da política nacional e das diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.
- (D) O Poder Executivo encaminhará ao DNPM, dentro de cada exercício financeiro, o Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis para o exercício seguinte.
- (E) O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente, com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.

QUESTÃO 19

Quanto ao Código de Minas, assinale a opção correta.

- (A) A concessão de lavra terá por título um decreto assinado pelo diretor-geral do DNPM.
- (B) Em relação à autorização de pesquisa, o prazo de validade será de seis meses a um ano, a critério do DNPM, consideradas as características especiais da situação da área e da pesquisa mineral objetivada, não se admitindo a prorrogação.
- (C) Em relação ao aproveitamento das substâncias minerais, será aplicado o regime de monopolização quando, em virtude de lei especial, depender de execução direta ou indireta do governo federal.
- (D) O regime de autorização será utilizado para o aproveitamento das substâncias minerais quando depender de portaria de concessão do Ministro de Estado de Minas e Energia.
- (E) O despacho que indeferir o pedido de autorização de pesquisa ou de sua renovação não permite recurso, não cabendo, ainda, pedido de reconsideração.

QUESTÃO 20

Acerca da pesquisa mineral, assinale a opção correta.

- (A) A autorização de pesquisa será outorgada pelo DNPM a brasileiro, pessoa natural, firma individual ou empresas legalmente habilitadas, mediante requerimento do interessado.
- (B) As vistorias realizadas pelo DNPM, no exercício da fiscalização dos trabalhos de pesquisa e lavra, serão custeadas pelo Ministério de Minas e Energia, na forma do que dispuser portaria do diretor-geral da referida autarquia.
- (C) Os trabalhos necessários à pesquisa só serão executados sob a responsabilidade profissional de engenheiro de minas.
- (D) Uma vez concedida a autorização de pesquisa, é inadmissível a renúncia por parte do particular interessado.
- (E) É inadmissível, mesmo em caráter excepcional, a extração de substâncias minerais em área titulada antes da outorga da concessão de lavra por parte do DNPM.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Considerando que os atos da Administração podem ser caracterizados em quatro tipos distintos, relacione a primeira coluna, que apresenta esses tipos, à segunda e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – Atos regidos inteiramente pelo direito privado
 - II – Atos materiais
 - III – Atos de governo
 - IV – Atos administrativos propriamente ditos
- () Veto total ou parcial de um projeto de lei.
 - () Concessão de aposentadoria a determinado servidor público.
 - () Locação de um galpão para servir de almoxarifado.
 - () Envio de emenda constitucional ao Congresso Nacional.
 - () Pavimentação de uma rua.

A sequência correta é:

- (A) I, III, III, IV, II.
- (B) II, III, I, III, IV.
- (C) III, III, II, I, IV.
- (D) III, IV, I, III, II.
- (E) IV, I, I, III, II.

QUESTÃO 22

Considerando a definição de cada um dos princípios constitucionais da Administração Pública, listados na primeira coluna, relacione-os às citações apresentadas na segunda e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – Legalidade
 - II – Impessoalidade
 - III – Moralidade
 - IV – Publicidade
 - V – Eficiência
- () "A administração deve voltar-se exclusivamente para o interesse público, e não para o privado, vedando-se, em consequência, que sejam favorecidos alguns indivíduos em detrimento de outros." (José dos Santos Carvalho Filho)
 - () "Devemos ser escravos das leis, a fim de que possamos ser livres." (Cícero)
 - () "Em tese, não seria nem princípio e, sim, o resultado de uma atividade administrativa." (José M. P. Madeira)
 - () "Não há, nos moldes políticos que consagram a democracia, espaço possível reservado ao mistério." (Norberto Bobbio)
 - () "Por legalidade ou legitimidade se entende não só a conformação do ato com a lei, como também com a moral administrativa e com o interesse público." (Gildásio A. Mendes Filho)

A sequência correta é:

- (A) I, III, V, II, IV.
- (B) II, I, V, IV, III.
- (C) II, III, V, IV, I.
- (D) III, IV, I, II, V.
- (E) IV, II, III, I, V.

QUESTÃO 23

Em relação ao processo administrativo, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – O requerimento inicial deve ser feito somente por escrito.
- II – São capazes, para seus fins, os maiores de dezoito anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.
- III – A intimação deverá ser feita com a antecedência mínima de cinco dias úteis quanto à data de comparecimento.
- IV – Os atos não dependem de forma determinada, senão quando a lei expressamente a exigir.
- V – A edição de atos de caráter normativo é passível de delegação.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e IV.
- (D) II e V.
- (E) III e V.

QUESTÃO 24

A importância do sistema e do processo orçamentário brasileiro pode ser dimensionada pelo tratamento que o assunto recebe na Constituição Federal, que determina o encadeamento lógico e sistemático ao planejamento da ação governamental. Essa fluidez estabelecerá o sucesso do processo orçamentário, o qual diz respeito aos papéis e funções do orçamento.

No que se refere ao processo orçamentário e ao sistema orçamentário brasileiros, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – São instrumentos do planejamento governamental: o plano decenal, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- II – O sistema orçamentário é composto por três funções essenciais: planejamento, gerência e controle.
- III – Entre as funções essenciais, a Lei de Responsabilidade Fiscal dá ênfase à função de controle.
- IV – A Lei de Diretrizes Orçamentárias cumpre a função de ligação entre o orçamento e o controle.
- V – A interação do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária ocorre no cumprimento das prioridades e das metas estabelecidas pela Administração.

A sequência correta é:

- (A) V, F, F, V, F.
- (B) F, F, V, V, F.
- (C) V, V, V, F, F.
- (D) F, V, F, V, V.
- (E) F, V, V, F, V.

QUESTÃO 25

Considere que um município planeje construir uma longa via expressa que cruzará toda a sua extensão. Tendo em vista a possibilidade de se entregar frações da obra a empresas distintas, com execução simultânea das respectivas tarefas, a autoridade administrativa resolve fracionar a obra e licitar cada fração separadamente, a fim de extrair as vantagens que a operação pode proporcionar à administração e à concorrência.

Sabendo que o valor de cada parcela é estimado em R\$100.000,00, julgue os itens abaixo quanto às modalidades licitatórias possíveis para essa situação e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – Tomada de preços, pois o valor de cada fração está abaixo de R\$1.500.000,00.
- II – Tomada de preços, caso o valor total da obra seja, no máximo, R\$1.500.000,00.
- III – Concorrência, independentemente do valor total da obra.
- IV – Convite, pois o valor de cada fração é inferior a R\$150.000,00.
- V – Concorrência, pois a contratação é para obras e serviços de engenharia.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e V.

QUESTÃO 26

Considere que um município esteja construindo um centro de memória de tradições locais, obra que conta com financiamento total, mediante convênio, por parte de uma fundação pública federal. O projeto arquitetônico da biblioteca, não incluído no projeto original, foi encomendado, sem licitação, ao mesmo profissional, de nacionalidade italiana e de notória reputação, responsável pelo projeto do prédio do museu desse município. O processo de dispensa da licitação está sendo contestado pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE.

Nessa situação, é correto afirmar que o TCE está

- (A) certo, pois não se trata de processo de dispensa, mas de processo de inexigibilidade.
- (B) certo, pois como a obra é financiada com recursos públicos federais, o processo, no caso, é de inexigibilidade.
- (C) certo, pois para esse projeto não poderia ser contratado o mesmo profissional de uma obra anterior.
- (D) certo, pois o profissional em questão é de origem estrangeira, ainda que detenha reconhecida especialização.
- (E) errado, pois o município agiu perfeitamente de acordo com a lei.

QUESTÃO 27

Com base na Lei n.º 8.112/1990, relacione a primeira coluna à segunda e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – Retribuição
- II – Remuneração
- III – Proibição
- IV – Vencimento
- V – Penalidade

- () É devido(a) ao ocupante de cargo de natureza especial.
- () É uma exceção, quando recebe participação como comanditário.
- () Aplica-se nos casos de reincidência das faltas.
- () Ocorre no dia em que houver falta sem motivo justificado.
- () Acrescido(a) das vantagens de caráter permanente, é irredutível.

A sequência correta é:

- (A) I, IV, II, V, III.
- (B) I, IV, III, V, II.
- (C) II, IV, I, V, III.
- (D) II, IV, III, I, V.
- (E) V, II, IV, III, I.

QUESTÃO 28

Acerca das exigências para que, na aquisição de bens e serviços comuns, possa ser adotada a licitação na modalidade de pregão, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – Os padrões de desempenho e qualidade dos bens e serviços comuns devem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações definidas em legislação própria.
- II – Independentemente de regulação específica, o pregão pode ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação.
- III – A fase externa do pregão inicia-se com a definição do objeto e a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso em diário oficial.
- IV – Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, cabe ao pregoeiro decidir automaticamente a respeito de sua aceitabilidade.

A sequência correta é:

- (A) V, F, F, V.
- (B) F, V, V, V.
- (C) F, F, F, F.
- (D) V, V, V, F.
- (E) V, V, F, F.

QUESTÃO 29

Acerca das peculiaridades da salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos, bem como das áreas e das instalações em que tramitam, no âmbito da Administração Pública, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – O acesso a dados ou informações sigilosos é restrito e condicionado à necessidade de divulgação.
- II – Dados ou informações sigilosos de guarda permanente que forem objeto de desclassificação podem ser encaminhados ao arquivo permanente do órgão público, em vez de serem encaminhadas ao arquivo público competente.
- III – Reclassificação é a alteração, pela autoridade competente, da classificação de dado, informação, área ou instalação sigilosos.
- IV – São considerados confidenciais dados ou informações referentes a sistemas, instalações, programas, projetos, planos ou operações de interesse da defesa nacional.
- V – Pode-se elaborar extratos de documentos sigilosos, para sua divulgação ou execução, sem prévio consentimento expresso por autoridade competente.

A sequência correta é:

- (A) F, F, F, V, V.
- (B) F, V, V, F, F.
- (C) F, V, F, V, F.
- (D) V, V, F, F, V.
- (E) V, V, F, V, V.

QUESTÃO 30

A respeito do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – Um juiz de direito, como servidor público, não pode procrastinar indefinidamente uma decisão sobre determinado processo.
- II – Seus efeitos aplicam-se aos servidores em regime de contrato temporário.
- III – É obrigatória a constituição de comissão de ética em qualquer órgão da Administração Pública Federal.
- IV – A suspensão temporária do cargo, a exoneração e a perda do cargo em comissão são penas previstas no referido código.
- V – Cabe aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores fornecer à comissão de ética os registros sobre a conduta ética do servidor, para instruir e fundamentar promoções.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

QUESTÃO 31

Considere que um contrato de telefonia móvel seja mantido por um órgão público há quatro anos, de forma ininterrupta, pois possui características de serviço continuado.

A respeito dessa situação, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F), com base na Lei n.º 8.666/1993, e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – A contratação de tais serviços pode perdurar por até seis anos.
- II – A cada ano, é obrigatória a celebração de aditivos específicos para formalizar a prorrogação do contrato.
- III – Tal forma de contratação somente poderá ser licitada pela modalidade de concorrência.
- IV – É dispensável a exigência de processo licitatório específico para a reposição de peças e componentes durante o prazo de vencimento da garantia técnica, de forma a garantir o bom funcionamento dos aparelhos.

A sequência correta é:

- (A) F, F, V, F.
- (B) F, V, F, V.
- (C) V, V, F, V.
- (D) V, F, V, F.
- (E) V, F, F, F.

QUESTÃO 32

São formas de provimento de cargo público:

- (A) ascensão, aproveitamento e transferência.
- (B) nomeação, promoção e ascensão.
- (C) promoção, transferência e recondução.
- (D) readaptação, reversão e aproveitamento.
- (E) reintegração, recondução e transferência.

QUESTÃO 33

A classificação é uma das atividades do processo de gestão de documentos arquivísticos, o qual inclui procedimentos e rotinas específicas que possibilitam maior eficiência e agilidade no gerenciamento e no controle das informações. Acerca das operações e rotinas necessárias à aplicação eficiente do código de classificação de documentos de arquivo, assinale a opção correta.

- (A) A codificação consiste na atribuição de código correspondente ao assunto de que trata o documento.
- (B) A classificação consiste na execução das operações de estudo, codificação e arquivamento.
- (C) Uma vez classificado e tramitado, o documento deve ser arquivado, obedecendo às operações de inspeção, trânsito, ordenação e arquivamento.
- (D) Na guarda do documento no local devido, deve-se verificar previamente a existência de documentos que tratam do mesmo assunto.
- (E) Os documentos que não possuem antecedentes devem ser ordenados de acordo com a ordem estabelecida (cronológica, alfabética, geográfica ou outra), formando dossiês específicos.

QUESTÃO 34

Em relação ao provimento e à vacância de cargos no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a opção correta.

- (A) A dispensa de ofício de cargo efetivo dar-se-á quando, tendo o servidor tomado posse, não entrar em exercício no prazo estabelecido.
- (B) A investidura em cargo público ocorre com a posse.
- (C) A posse ocorrerá no prazo de 30 dias contados da publicação do ato de nomeação.
- (D) A vacância de um cargo público pode decorrer de posse em outro cargo inacumulável, readaptação, transferência, promoção, exoneração, aposentadoria ou falecimento.
- (E) Cabe à autoridade competente do órgão ou entidade para onde for nomeado ou designado o servidor dar-lhe posse.

QUESTÃO 35

A tabela de temporalidade destinada a arquivamento de documentos deverá contemplar as atividades-meio e as atividades-fim de cada órgão público. Nesse sentido, assinale a opção correta.

- (A) A tabela de temporalidade é um instrumento arquivístico resultante da classificação, que tem por objetivos definir prazos de guarda e destinação de documentos.
- (B) A estrutura básica da tabela deve necessariamente contemplar os conjuntos documentais produzidos por uma instituição no exercício de suas atividades.
- (C) Cada órgão público, concluída a sua tabela, deverá encaminhá-la à instituição arquivística pública para aprovação e divulgação, por meio de ato legal que lhe confira legitimidade.
- (D) Como instrumento auxiliar da tabela, deve-se utilizar um índice, contendo os conjuntos documentais ordenados de forma temporal, a fim de agilizar a sua localização na tabela.
- (E) Na elaboração da tabela de temporalidade, há que se observar os princípios da "teoria das três idades", que define parâmetros gerais somente para a destinação dos documentos de arquivo.

QUESTÃO 36

Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, relacione a primeira coluna à segunda e, em seguida, assinale a opção correta, observando que não há repetição de situações.

- I – Comunicabilidade
- II – Atenção
- III – Cortesia

- () Respeitar a capacidade e as limitações individuais do usuário do serviço público.
- () Evitar conduta negligente às ordens legais de seus superiores.
- () Aperfeiçoar o contato com o público.

A sequência correta é:

- (A) II, III, I.
- (B) III, II, I.
- (C) I, III, II.
- (D) II, I, III.
- (E) I, II, III.

QUESTÃO 37

Os atos de improbidade administrativa por parte do servidor público são regulados por lei, entretanto, é possível detectar brechas nessa regulamentação nos casos em que as condutas carecem de normas específicas definindo-as como crime, não estão devidamente contempladas na legislação sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis ou não possuem regra específica no Código de Ética do Servidor.

Acerca do exposto acima, assinale a opção que apresenta conduta que NÃO pode ser considerada como crime qualificado em lei específica.

- (A) Violação de sigilo.
- (B) Patrocínio de interesse privado perante a Administração Pública, conhecido como tráfico de influência.
- (C) Enriquecimento ilícito por concussão.
- (D) Uso de servidores públicos, inclusive empregados terceirizados, em atividades particulares.
- (E) Recebimento de presentes de terceiros.

QUESTÃO 38

De acordo com seus diversos elementos, formas e conteúdos, os documentos podem ser caracterizados segundo gênero, espécie e natureza. Com base nisso, relacione a primeira coluna, que apresenta as características dos documentos, à segunda, que apresenta os tipos de documentos, e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – Gênero
- II – Espécie
- III – Natureza

- () Documentos sigilosos
- () Documentos urgentes
- () Documentos filmográficos
- () Documentos sonoros
- () Atos enunciativos
- () Atos comprobatórios

A sequência correta é:

- (A) II, III, I, I, II, II.
- (B) II, III, III, I, II, I.
- (C) III, I, I, III, II, II.
- (D) III, I, III, I, II, II.
- (E) III, III, I, I, II, II.

QUESTÃO 39

Contrato administrativo é o contrato firmado entre a Administração Pública e particular ou outra entidade administrativa para a consecução de objetivos de interesse público. Acerca das características do contrato administrativo, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – É instável em relação ao seu objeto, pois a Administração Pública pode alterá-lo unilateralmente durante a sua execução.
- II – É obrigatoriamente oneroso e deve ser expresso em moeda.
- III – A comutatividade está incluída na onerosidade do contrato, já que as prestações a serem pagas se equivalem.
- IV – Não é passível de nulidade o contrato administrativo tido como tácito em pequenas compras.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 0.
- (B) 1.
- (C) 2.
- (D) 3.
- (E) 4.

QUESTÃO 40

O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas funções, sendo que a responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário. Considerando essas informações, assinale a opção INCORRETA.

- (A) A indenização de prejuízo causado ao erário pode ser descontada em parcelas mensais.
- (B) As sanções civis, penais e administrativas são independentes entre si, portanto, não podem ser cumuladas.
- (C) A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções cometidas como servidor.
- (D) Não há ação regressiva em se tratando de dano causado a terceiros pelo qual responde o servidor perante a Fazenda Pública.
- (E) Caso absolvido criminalmente da autoria de determinado fato, a responsabilidade administrativa do servidor será afastada.